ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

IMPACTOS E RISCOS AMBIENTAIS DA ATIVIDADE TURÍSTICA: A PRAIA DA BARRA NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE/MOÇAMBIQUE

Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo
E-mail: helsio2000@hotmail.com

Vanito Viriato Marcelino Frei
E-mail: vanitofrei@yahoo.com.br

Ana Carolina de Oliveira Marques
Email: carol.geografia@hotmail.com

Resumo
A qualidade e os riscos ambientais são conceitos que devem seguir acoplados no processo de planejamento e gestão turística para que seja valorizada a paisagem do território turístico. Numa época em que as demandas turísticas estão mais exigentes e qualificadas e a concorrência entre os destinos turísticos maiores, planejar as estruturas das localidades, a partir da análise real dos destinos, se mostra tarefa fundamental dos gestores públicos e privados. Assim, no intuito de subsidiar o trabalho de planejamento e gestão territorial, de modo geral, e especificamente o planejamento ambiental e turístico, se desenvolveu este estudo que objetiva analisar os riscos (reais e potenciais) e impactos ambientais decorrentes das atividades turísticas, na Praia da Barra, município de Inhambane, em Moçambique. Para sua consecução, buscou-se, através de pesquisa bibliográfica e documental e de sistematização de dados coletados no campo, a identificação de elementos que constituem e/ou poderão constituir entraves ao desenvolvimento sustentável desta atividade no território. Desse modo, verificou-se que a praia da Barra é um território que se encontra apropriado pela prática da atividade turística. Considera-se assim, que a exposição a riscos e impactos ambientais e sociais identificados, decorrentes de falhas de execução no processo de planejamento territorial no geral e turístico-ambiental especificamente, podem prejudicar e/ou desvalorizar a qualidade da paisagem e comprometer o desenvolvimento sustentável dessa atividade.

Palavras-chave: Turismo. Planejamento turístico e ambiental. Impactos e riscos ambientais. Praia da Barra. Inhambane/Moçambique.

ENVIRONMENTAL IMPACTS AND RISKS OF TOURIST ACTIVITY: THE BARRA BEACH IN INHAMBANE MUNICIPALITY/MOZAMBIQUE

Abstract
The quality and environmental risks are concepts that must then engaged in planning and tourism management to value the landscape of tourist territory. In a season when the tourist demands are highly rigorous and qualified and the competition/rivalry among the major tourist

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

destinations increases, the activity to plan destination from the actual analysis of destination, shows fundamental task of public and private managers. Therefore, in order to support the work of planning and land management in general , and specifically environmental planning and tourism, has developed this study that aims to analyze the risks (real and potential) and environmental impacts of tourism activities on Barra Beach, located at Inhambane municipality in Mozambique. To is attainment, we sought through literature and documents and systematization of data collected in the field, identifying elements that constitute and / or may constitute barriers to sustainable development of this activity in this territory. Thus, the research found that Barra beach is appropriated by practice of tourism. It is therefore considered that the exposure to risks and environmental and social impacts identified , arising from a failure to execute the process of territorial planning in general and tourism - environmental specifically , may be harming and / or devalue the quality of the landscape and endanger the sustainable development of this activity.
Keywords: Tourism. Tourism and environmental planning. Impacts and environmental risks. Barra Beach. Inhambane/Mozambique.

INTRODUÇÃO

A concepção de estratégias socioeconômicas de desenvolvimento, principalmente em países menos desenvolvidos, através da exploração de recursos naturais, foi e continua sendo realizada, sem a observância mínima de diretrizes pré-estabelecidas, que atentem para os impactos negativos a curto, médio e longo prazo. Com o surgimento de vários sinais de degradação a ocorrerem no ambiente e com os elevados custos financeiros na mitigação das ações sociais desmedidas; os governos, as organizações e a sociedade civil começaram a dar maior importância ao processo de planejamento na elaboração de seus projetos de desenvolvimento em escala territorial e administrativa, de modo, a contornar as incertezas - os riscos - que marcam suas políticas territoriais.

Segundo Carvalho (2009), no desenvolvimento da atividade turística, o planejamento e gestão ambiental são condições necessárias para a viabilidade, a organização e a sustentabilidade da própria atividade. Entretanto, o modo pelo qual esse planejamento é concebido incorre num problema teórico de disjunção, de redução e de abstração cujo conjunto constitui o que Morin (2005, p. 11) chamou de "*paradigma*

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

de simplificação". Este não permite enxergar com profundidade a complexidade do fenômeno e seu carácter multidimensional. Desse modo, o turismo, principalmente o que ocorre em espaços naturais, necessita de bases de orientação bem definidas, pois o seu desenvolvimento à margem das políticas públicas ocasiona mais impactos negativos que positivos, fato que concorre, não raras vezes, ao insucesso dessa atividade.

A Praia da Barra, campo de estudos dessa pesquisa, é um dos atrativos turísticos que se localiza no Bairro Conguiana, na região nordeste do Município de Inhambane em Moçambique. Suas características geográficas conferem atributos paisagísticos que motivam fluxos de visitação. Populações locais, turistas e excursionistas, atraídos, muitas vezes, pela beleza paisagística (mar, vegetação, entre outros aspectos cênicos) e pela oferta turística (mergulho, safaris oceânicos), se deslocam a esta praia com as mais diversas motivações.

A manutenção desses fluxos, quer para o lazer ou turismo, requer que os riscos e impactos da atividade turística sejam mínimos diante de uma atividade/setor econômico que se configura como uma atividade fulcral para o desenvolvimento local do município de Inhambane, ao estabelecer várias ligações com a economia. Essas, segundo Castelo-Branco (2002, p. 6) podem ser tipificadas em "*ligações fiscais, de mercado e de emprego*", as quais contribuem tanto para o aumento dos rendimentos econômicos do Estado quanto para a geração de renda às comunidades locais.

A qualidade dos produtos e serviços é um conceito que se propaga com muita força na sociedade contemporânea. Sua importância é irreversível e segundo Henriques (2003, p. 124) a "[...] qualidade do produto tornou-se atualmente um imperativo produtivo e, contrariamente à ideia divulgada, ela não é necessariamente sinônimo de aumento de custos e de baixas na produtividade." Sobre o assunto, o mesmo autor sugere que a abordagem ao destino turístico precisa pautar pela gestão

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

integrada da qualidade (GIQ). Figueira e Dias (2011, p. 12), em consonância com os pressupostos de Henriques (2003) afirmam que:

> A competição num mundo globalizado está diretamente relacionada com o aumento da qualidade do produto, a sua diversidade, com o atendimento das necessidades de um cliente que é cada vez mais exigente. As cidades devem apregoar as suas qualidades, em função das necessidades da procura. (FIGUEIRA; DIAS, 2011, p. 12).

Vários são, portanto, os elementos da GIQ disponíveis para que os gestores de destinos turísticos ofereçam, aos sujeitos do lugar e visitantes, as condições necessárias para sua estadia. Assim, na pretensão de subsidiar o trabalho de planejamento e gestão territorial, de modo geral, e especificamente o planejamento ambiental e turístico, o presente artigo tem como objetivo a análise dos riscos e impactos ambientais decorrentes da atividade turística na praia da Barra.

O embasamento teórico-metodológico construído caminhou no sentido de compreender em um movimento mais amplo, por meio de pesquisas bibliográfica e documental e com recurso a trabalho de campo, a natureza dos elementos que constituem e/ou poderão constituir entraves ao desenvolvimento sustentável dessa atividade na PB. Espera-se que as reflexões expostas apoiem os agentes da atividade turística para que passem, de forma integrada, a trabalhar orientados a proporcionar o máximo de bem-estar a quem reside, investe e visita este destino turístico. A consecução desta ação passa pela identificação de lacunas/problemas atuais de modo a subsidiar a tomada de decisão por parte dos atores envolvidos apontando alternativas de gestão da atividade turística de modo geral e, especificamente, na implantação de mecanismos que minimizem os riscos e impactos, adequados à realidade do território.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

2 Paisagens e riscos: conceitos importantes para o turismo

O turismo é uma atividade que se apropria da paisagem e a transforma em produto vendível por meio de modernas técnicas/estratégias de promoção e venda que muitas vezes ignoram ou mascaram a realidade do lugar. A paisagem contribui na escolha de um ou mais lugares entre os diversos destinos existentes no Planeta. Segundo Urry (2001, p. 18) os lugares são escolhidos para serem contemplados porque existem expectativas, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente ou envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos. Tais expetativas são construídas e mantidas por uma variedade de práticas não turísticas, tais como o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os discos e os vídeos, que constroem e reforçam esse olhar, condicionados pela cultura e experiência de vida do observador.

Durante a estada do turista, em determinado destino turístico, traços da paisagem insurgem, consciente ou inconscientemente. Importante salientar que ela - a paisagem - nem sempre é a principal motivação da viagem, pois outros fatores são determinantes na escolha do destino turístico. Estes fatores estão relacionados às condições socioeconômicas e culturais dos turistas, assim como seus fins, que podem estar associados a negócios, saúde, visita familiar. A qualidade da paisagem em conjugação com o fator preço interfere na atratividade do destino e vice-versa. Lohmann e Netto (2008, p. 106) salientam que:

> A paisagem pode ser considerada como uma das grandes responsáveis pela prática do turismo, pois o homem sempre teve vontade de conhecer novos lugares, ou seja, novas paisagens. O estudo da paisagem é de grande importância para o marketing turístico, devido ao facto de a paisagem ser definida a partir de um observador [...]. Assim, a definição de paisagem como aquilo que é percebido num lance do olhar no espaço e no tempo é carregada de componentes histórico-culturais, e seu significado vai depender do observador em questão. (LOHMANN; NETTO, 2008, p. 106).

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

De fato, a paisagem é parte do território, mas ao mesmo tempo se diferencia deste. A paisagem se afigura como qualquer parte do território, tal como é percebida pelo observador cujo carácter é o resultado da ação e da interação de fatores naturais e humanos. Cruz (2003, p. 9), ao abordar sobre a paisagem turística, define-a como "[...] a porção visível do espaço geográfico e, por isso, desempenha importante papel na constituição dos lugares turísticos e no direcionamento dos fluxos turísticos." Esta autora explica ainda que,

> As paisagens turísticas nada mais são, também, que invenções, criações culturais [...] não existem *a priori*, como um dado da natureza. Elas são uma invenção cultural. Algumas paisagens são mais valorizadas pelo turismo hoje que outras, mas estas não são as mesmas do passado e, possivelmente, não serão as mesmas do futuro. (CRUZ, 2003, p. 10).

Assim, ao se pensar nos "usos" da paisagem, os gestores da atividade turística devem procurar compreender e trabalhar os riscos que estas possuem para que os esforços de investimento e sua visitação não sejam defraudados. Os estudos de riscos são bastante importantes no desenvolvimento da atividade turística, pois estes se constituem como reais/potenciais ameaças às populações locais, investidores e visitantes de qualquer destino turístico, bem como à própria paisagem. Eles - os riscos - são intrínsecos a todos humanos, independentemente da condição social e cultural a que estão sujeitos. A compreensão dos riscos e mecanismos de seus contornos permite que as pessoas se sintam mais seguras. Castro (1998) entende os riscos como,

> **1.** Medida de dano potencial ou prejuízo econômico expresso em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis. **2.** Probabilidade de ocorrência de um acidente ou evento adverso, relacionado com a intensidade dos danos ou perdas, resultantes dos mesmos. **3.** Probabilidade de danos potenciais dentro de um período especificado de tempo e/ou de ciclos operacionais. **4.** Fatores estabelecidos, mediante estudos sistematizados, que envolvem uma probabilidade significativa de ocorrência de um acidente ou desastre. **5.** Relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor os seus efeitos. (CASTRO, 1998, p. 162).

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2007), os riscos afetam a todos e implicam a exposição a perigos externos em relação aos quais as pessoas têm um controle limitado.

> Pessoas, famílias e comunidades, estão em permanente exposição à riscos que podem ameaçar o seu bem-estar. A saúde-doença, o desemprego, crimes violentos e uma mudança repentina nas condições de mercado podem, em princípio, afectar toda a gente. O clima cria um conjunto específico de riscos. As secas, inundações, tempestades e outros fenômenos têm potencial para destruir a vida das pessoas, conduzindo a perda de rendimentos, bens e oportunidades […] (PNUD, 2007, p. 78).

Nota-se que, existem riscos de diversas naturezas. Sobre a tipologia de riscos, Egler (1999 *apud* Castro et al., 2005), afirma possuir três categorias, a destacar: o risco natural, tecnológico e social, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias de riscos para o turismo

CATEGORIAS DE RISCOS	CARACTERÍSTICAS
Natural	Esta relacionada a processos e eventos de origem natural ou induzida por atividades humanas. A natureza destes processos é bastante diversa nas escalas temporal e espacial, por isso pode apresentar-se com diferentes graus de perdas, em função da intensidade (magnitude), da abrangência espacial e do tempo de atividades dos processos considerados. Estão associados ao comportamento dos sistemas naturais, considerando o grau de estabilidade e de instabilidade expresso pela vulnerabilidade à eventos de curta ou longa duração. Relacionam-se as atividades que interferem e/ou são afetadas direta ou indiretamente por processos da dinâmica superficial ou interna da Terra. Os riscos naturais estão intrinsicamente ligados ao uso dos recursos naturais e das transformações dos sítios pela sociedade. Exemplos: furacões, terramotos, calor extremo.
Tecnológico	Circunscreve-se ao âmbito dos processos produtivos e da atividade industrial. Surge principalmente da tecnologia industrial, a partir de falhas internas ao contrário dos perigos naturais, percebidos como uma ameaça externa. Define-se pelo potencial de ocorrência de eventos danosos à vida, a curto, médio e longo prazo, em consequência das decisões de investimento na estrutura produtiva. O critério metodológico para a avaliação desta categoria de risco deve-se fundamentar na densidade da estrutura produtiva e no seu potencial de expansão e na gestão institucional e ambiental das empresas, principalmente no que concerne à alocação de fixos, ao tratamento e disposição de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, e perigos extremos como explosões, vazamentos.
Social	O risco social é um dano que uma sociedade (ou parte dela) pode causar. Este viés fornece ênfase aos conflitos armados, guerras, ações militares, entre outros. Outro

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

	viés explorado reside na relação entre a marginalidade e vulnerabilidade a desastres naturais. Um terceiro viés, considera o risco social como resultante de carências sociais que contribuem para uma degradação das condições de vida da sociedade. A princípio manifesta-se, nas condições de habitabilidade, ou seja, a defasagem entre as atuais condições de vida e o mínimo requerido para o desenvolvimento humano, como por exemplo, o acesso aos serviços básicos de saneamento, água potável e coleta de lixo, podendo incorporar em longo prazo, avaliações das condições de emprego, renda.

Fonte: Castro et al. 2005.

Apesar das diferenças tipológicas descritas no quadro acima, algo permeia todas as variedades de riscos: a dimensão espacial. Corroboramos e apropriamo-nos da fala de Castro et al. (2005, p. 27) para explicar a dimensão espacial do risco. Segundo estes autores:

> De forma simplificada, pode-se considerar o risco vinculado a um acontecimento que pode realizar-se ou não. Contudo, a existência de um risco só se constitui quando há a valorização de algum bem, material ou imaterial, pois não há risco sem a noção de que se pode perder alguma coisa. Portanto, não se pode pensar em risco sem considerar alguém que corre risco, ou seja, a sociedade. A noção de "possibilidade de perdas", intrínseca ao risco, possui uma dimensão espacial que pode ser desdobrada em vários aspectos. No que diz respeito à localização espacial ou mesmo à distribuição espacial dos riscos, fica evidente, a princípio, a existência nítida de uma concentração espacial de riscos nas cidades, ou mais precisamente, nos grandes centros urbanos. Isto se deve ao fato de constituírem o *locus* da produção e reprodução de processos produtivos e de um modo de vida que propicia a concentração da população, estimula a produção industrial, as relações comerciais e prestação de serviços. (CASTRO et al. 2005, p. 27).

A partir do exposto, se entende que os aglomerados humanos, independentemente de seu tamanho, quando não estão organizados por mecanismos eficientes de gestão territorial, ficam mais vulneráveis as adversidades. Destarte a paisagem por si só não garante que o desenvolvimento da atividade turística ocorra de forma sustentável, pois desde a saída do turista de sua residência habitual até o destino previsto, este se expõe a diversos riscos que podem ser minimizados por um esforço de planejamento e gestão, pelo poder público e pelos demais agentes promotores da

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

atividade. Neste trabalho, procurou-se identificar os instrumentos públicos e privados que contribuem para a redução dos riscos e que valorizam a paisagem da Praia da Barra.

Paisagens e riscos na praia da barra, munícipio de Inhambane em Moçambique

Na Praia da Barra existem diferentes tipos de paisagens, naturais e artificiais, que se constituem em seus principais atrativos turísticos, conforme exemplifica a Foto 1. As atratividades turísticas existentes na Praia da Barra, a torna um dos pontos de "captação" de turistas nacionais e internacionais, que o Município, a Província e o País possuem. Entre as atividades turísticas mais desenvolvidas destacam-se os desportos náuticos (*surfing*, vela e esqui) e de praia (futebol e vôlei), a pesca esportiva, os passeios de motos 4x4 e de barcos (tradicionais e de iates), a canoagem, o mergulho marítimo, o *snorkelling*, os passeios a cavalo, a observação de mamíferos marinhos e da "avifauna" e a realização de cursos profissionais de mergulho.

Foto 1 - Paisagem artificial: piscina de estabelecimento turístico (à esquerda) e Paisagem natural: fitofisionomia da Praia da Barra (Mangue) (à direita).



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no Município de Inhambane/Praia da Barra. Autoria: AZEVEDO, Helsio, 2012. Data: 1/11/2012.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

Como ilustrado na fotografia, os atrativos turísticos marcantes na Praia da Barra englobam desde elementos da primeira natureza, como objetos e serviços sociais desenvolvidos historicamente (MOREIRA, 1982). Realizam-se ainda, nesta praia, atividades de visitação, a monumentos culturais e históricos localizados no centro do Município de Inhambane, bem como se pode assistir a eventos musicais, culturais, tradicionais, acadêmicos, entre outros (conforme ilustra o Quadro 2).

Quadro 1 – Tipos de atrativos da Praia da Barra.

TIPOS DE ATRATIVOS	SUBTIPO DE ATRATIVOS
Fauna	Raias manta, tubarão baleia, golfinhos, tartaruga e diversas espécies de peixes e pássaros.
Vegetação	Vegetação predominante é a mista, arbórea e arbustiva com estratos herbáceo abundante, floresta dunar e grandes áreas de mangais.
Paisagens	• **Ilhas**: Grande (Ilha-dos-Porcos) e Pequena (Ilha dos Ratos); • **Praias**: da Rocha, do Tofo, do Tofinho e Barra; • **Baía**: de Inhambane.
Folclore/ tradição/ hábitos de vida	• **Objetos tradicionais**: Mbia (Gamela), Khali (Pote), Guikalango (Panela de Barro) Likuno (Pilão), Alambique Lipane (Torradeira), Mbenga Libota (Panela de Ferro), Cestos, Armadilhas, Artesanato. • **Danças**: Makarita; Xigubo; Xibavane; Zoré**;** e Guikiki. • **Instrumentos musicais**: Xigubo, Chikitsi, Matraca (Gocha) e Marrongue. • **Festas e eventos**: Festival da Barra. • **Grupos de dança tradicional**: Makarita, Xigubo (Fala a Vontade), Xibavane, Zoré de Salela, Ethú Ketto, Guikiki e Zoré de Chamane. • **Gastronomia**: Matapa, Xiguinha de cacana, Molina, Kathikalango, Bolo de Sura, Peso Bruto. • **Bebidas tradicionais**: Sura, Tontonto, Malcuado.

Fonte: Buramo, 2013.

A diversidade de recursos, principalmente os naturais (corais, fauna, flora, monumentos), motiva a chegada de visitantes que almejam vivenciar momentos de lazer, descontração, aventura, entre outras motivações. Entre 2007 e 2010, a título de exemplo, entraram 16.653 turistas estrangeiros por via aérea, conforme ilustra a Tabela 1.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

Tabela 1 – Entrada de estrangeiros por via aérea no Munícipio de Inhambane (2007-2010).

Anos	Município de Inhambane
2007	2.313
2008	4.794
2009	5.326
2010	4.220
Total	**16.653**

Fonte: Serviços Províncias de Migração de Inhambane, 2011.

Parte considerável dos turistas internacionais, que visitam o município de Inhambane, é proveniente da República da África do Sul e chegam a este destino, majoritariamente, por via terrestre, com carros alugados ou próprios. Xavier (2010, p. 31) reforça esta observação ao afirmar que "Inhambane é assim um polo de atração em termos turísticos, onde aproximadamente 56% dos visitantes provêm da região da África Austral (majoritariamente da África do Sul), 27% do resto do Planeta (majoritariamente vindos da Europa) e 17 % são nacionais". A partir destes dados, pode-se observar que a Praia da Barra possui paisagens/atrativos que se constituem como recursos que atualmente são utilizados para "comercialização" nos mercados nacionais e internacionais do turismo, gerando dinâmicas sociais, econômicas e ambientais. Em relação a objetos de suporte, a Praia da Barra conta com uma oferta que perfaz cerca de 50 estabelecimentos efetivos e sazonais.

Vale destacar que em épocas de pico, geralmente de novembro a fevereiro, surgem estabelecimentos turísticos locais (de hospedagem e de alimentação) ocasionais e muitas das habitações da população local passa de alojamentos privados a casas/espaços de aluguel para fins turísticos. A ocasionalidade refere-se à inexistência de licenças legais para estes estabelecimentos e/ou vendedores operarem nos termos da lei. Este fator é ocasionado pela pouca oferta de estabelecimentos e pelos preços altos que se verificam neste período.

Muitos visitantes, principalmente os nacionais, alugam casas de residentes, os quais se mudam para cômodos adjacentes das casas ou para casas de outros

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

familiares. Outro aspecto que merece destaque é a quantidade de vendedores informais de bebidas e comidas (principalmente churrasco e cachorro quente) que surgem em busca de ganhos econômicos, principalmente, com a presença de turistas nacionais na época das festividades de natal e de ano novo. Nos órgãos locais de gestão de turismo não existe um cadastro de habitações e pessoas que realizam as atividades ocasionais. Os serviços de suporte, como hospitais, delegacia, bombeiros, estão representados com maior evidência na área urbana do município de Inhambane, sendo que na área desta praia mostram-se quase inexistentes. Em termos de infraestrutura básica para apoiar a atividade turística, existem nesta praia sistemas básicos que são imprescindíveis para viabilizar o desenvolvimento turístico. Destes, destacam-se os seguintes:

Sistemas viário e de transporte

A Praia da Barra conta com estradas não pavimentadas, caminhos e trilhas. A ligação com a área urbana se faz pela Estrada Nacional 259. A sinalização na praia é inexistente e no percurso entre esta e a cidade é exígua, fato que abre precedentes para a ocorrência de acidentes de viação. Parte das estradas desta praia se torna alagada no período de marés altas (Foto 2), podendo, desse modo, ilhar turistas visitantes desavisados e que não possuam viaturas apropriadas para trafegar nesses ambientes.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

Foto 2 – Tipo de estrada da Praia da Barra em 2012



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no Município de Inhambane/Praia da Barra. Autoria: AZEVEDO, Helsio. Data: 1/11/2012.

Pela fotografia, percebe-se que não só as estradas encontram-se e locais de risco ambiental, mas as próprias habitações. Tais fatos informam a urgência de estudos e politicas territoriais voltadas, inclusive, para a conscientização da sociedade quanto à necessidade de se repensar a ocupação de tais áreas.

O município de Inhambane conta igualmente com um aeródromo caracterizado como secundário, dentro da rede aérea moçambicana, que liga o Município às cidades de Maputo e Vilankulo em Moçambique, cidades de Johanesburgo, Durban e Lansséria na região da África Austral, entre outros destinos turísticos. Os turistas que acedem por via área e se hospedam nesta praia, devem seguir, *a posterior*, numa viagem rodoviária. Existe nesta praia um Terminal Rodoviário com linha de ônibus que a liga à área urbana; esta linha funciona somente nos períodos matutino e vespertino. A partir da Rodoviária do centro da Cidade é possível aceder a outras linhas, principalmente para a cidade de Maputo e para outros Distritos e Vilas localizadas a sul da Província de Inhambane, nomeadamente, aos Distritos de Jangamo, Inharrime e Quissico.

É importante salientar, pois, que nem toda a área da praia é coberta pela rede de transporte rodoviário, fato que obriga a deslocações a pé dos moradores e de quem a visita. Ocasionalmente, e cada vez menos, verifica-se a chegada de cruzeiros

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

marítimos; estes tendem a reduzir, pois a pirataria marítima no Oceano Índico atingiu proporções alarmantes. Os demais tipos de transportes não se verificam para o trânsito de visitantes e/ou residentes locais; sendo apenas alguns estabelecimentos os que possuem embarcações marítimas para as atividades de recreio que são comercializadas por estes. Portanto, apesar de possuir parte dos subsistemas que compõe o sistema de transporte, a qualidade e diversificação das vias de comunicação e meios de transporte precisam ser aprimorados, no sentido de se contribuir para a melhoria da segurança no acesso à praia.

Sistema de Comunicação

A Praia da Barra apresenta uma rede de comunicação que permite o contato com o resto do País e do Planeta. Este sistema de comunicação encontra-se operacional e permite que os habitantes, gestores públicos e privados do setor e os turistas possam realizar trocas diversas de informações. Ele é composto por empresas provedoras de televisão, rádio, de telefonia móvel, telefonia fixa, Internet e jornais, conforme ilustra o Quadro 3.

Quadro 2 – Lista de empresas provedoras de comunicação no Município de Inhambane.

EMPRESAS	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO OFERECIDOS
• **TV Moçambique** • **Soico TV** • **Miramar**	▪ Produção de *spots*, programas e vídeo reportagens; Exibição publicitária; Venda de imagens de arquivo; serviço de transcrições; ▪ Aluguel de equipamento; cedência remunerada de tempo de antena; ▪ Comercialização de tempos de estúdio de produção e outros equipamentos a produtores externos; Cobertura e transmissão de espetáculos, galas, congressos, conferências e outros eventos.
• **Mcel** • **Movitel** • **Vodacom**	▪ Venda de celular; serviços de atendimento ao cliente; serviços de chamadas; Serviço de *Fax* e dados; ▪ Net Móvel de 3G e 3.5G: permite o cliente aceder a Internet no seu telefone e no seu computador; Net Móvel 3.5 G: permite o cliente aceder a internet no seu telefone e no seu computador; ▪ Mbip: permite enviar uma mensagem pedindo que o destinatário lhe ligue de volta; Serviços de MMS, SMS, m-Kesh.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

Rádio de Moçambique – Emissora Provincial de Inhambane	▪ Taxa de radiodifusão e aluguer de aparelhagem; Gravação de músicas e venda de CDs; discos; Programas comerciais e recreativos; Publicidade: permitem divulgar produtos, serviços e marcas para todo país; Noticiário local, provincial, nacional e internacional.
Telecomunicações de Moçambique	▪ Internet Banda Larga e venda de cartões Banda Larga; ▪ Distribuição de lista telefónicas e Rede digital com Integração de Serviços (RDIS); Comunicação de voz por meio telefónico pós-pago e pré-pago; Cartão virtual blá-blá, telefone público assistido e privado; Dados e Internet: *fax*, *e-mail*, circuitos alugados, Internet sem fio; Transmissão de imagem: vídeo – conferência.
Serviços de Jornais e outras Rádios	▪ **Existência dos Jornais**: Notícias, O País, Savana, Canal de Moçambique, A Verdade, Domingo e outros que apresentam notícias, anúncios, publicidades e avisos; ▪ **Existência de outras rádios**: Progresso, Maria e Comunitária de Homoine que prestam serviços/programas de noticiário, entretenimento, publicidade, avisos, entre outros.

Fonte: AZEVEDO, Helsio; SUMALE, Gouveia, 2012.

Estas empresas de comunicação e informação garantem que se criem fluxos de informações entre o destino e o resto do Planeta. Assim, as mesmas apoiam-se na promoção e "venda" do destino pela facilidade de, em pouco tempo, responderem aos anseios dos clientes (turistas). Do mesmo jeito que essas empresas são rápidas no processo de comunicação de aspectos positivos, elas também podem constituir-se como ferramentas que publicitam os riscos e problemas ambientais, em tempo real na escala global, afetando assim a imagem do destino.

3.3 Sistema energético

O sistema de energia elétrica utilizado em grande parte do Município de Inhambane é gerido pela Empresa Pública Nacional, a Eletricidade de Moçambique (EDM). Segundo Salomão (2009), a fonte de obtenção dessa energia é a barragem de Cahora-Bassa, por meio da linha do Infulene em Maputo. Na área urbana existe uma subestação que transforma a energia de 33KW para 6.6KW (linha de média tensão) alimentando os postos de transformação da área urbana até o Bairro de Mucucune. A maioria dos habitantes do Bairro, onde se localiza a praia, não possui ainda acesso a

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

esta rede; daí que recorrem a alternativas energéticas, tais como o gerador elétrico (movidos por derivados de petróleo) e recursos florestais, como o mangue.

Os estabelecimentos turísticos estão conectados à rede da EDM. A iluminação pública na praia é quase inexistente; parte desta é ofertada pelos estabelecimentos turísticos. Pelas características naturais que a praia apresenta, verifica-se a abundância de vento e de Sol, fato que faz deste um local com elevado potencial para o uso de fontes de energia renováveis (HAMMAR et al., 2012). O uso dessas fontes contribuiria para a redução do desmatamento da vegetação de mangue e, consequentemente, para a manutenção desse ecossistema. A proliferação da prática de desmatamento do mangue põe em risco a função de barreira natural contra a erosão marinha, bem como inibe a reprodução de espécies de crustáceos que tem nesse *habitat* o seu *locus* de reprodução.

Sistema de saneamento básico

O Sistema de Saneamento Básico do Munícipio de Inhambane é composto pelo Subsistema de Drenagem; Manejo de Resíduos Sólidos; Abastecimento de Água e pelo Subsistema de Esgotos Sanitários (NETO, 2009). Na área da Praia da Barra, não existe um sistema de drenagem, uma lixeira/aterro sanitário público/privado controlado. Os resíduos sólidos não são submetidos a processamento ou reciclagem, verificando-se muitas vezes a queima destes ao ar livre e/ou o enterro em lixões a céu abertos, para o efeito, em áreas próximas às habitações/empreendimentos turísticos, sem o devido monitoramento da entidade responsável. É também importante salientar que não existem incineradoras de qualquer tipo de resíduos e que o serviço público de recolha de lixo, nesta praia, é inexistente.

Em relação ao Subsistema de Abastecimento de Água, verifica-se que o mesmo é realizado por meio de fontanários, furos e poços de água públicos e privados. Salienta-se ainda que existem furos e poços privados de conhecimento vago por parte

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

poder público, que não dispõe de informações relativas à sua quantidade, usos, qualidade, entre outras informações pertinentes.

Quanto ao Subsistema de Esgotos Sanitários, verifica-se que na Praia da Barra não existe uma rede integrada de esgotos e nem uma estação de tratamento de resíduos efluentes domiciliares e industriais. Segundo Neto (2009) usam-se dois tipos de esgotos: o sistema de fossas sépticas com caixas de drenagem e o de latrinas melhoradas. A prática do fecalismo a céu aberto constitui, nessa praia, um grande problema ambiental.

Embora existente, o Sistema de Saneamento do Município de Inhambane e particularmente da Praia da Barra carece de intervenções de melhoramento que visam a minimização dos impactos negativos sobre o meio natural e a paisagem do lugar. Do mesmo modo, as práticas de Educação Ambiental devem ser levadas a cabo com maior seriedade. A criação de um aterro de lixo controlado e a gestão de água subterrânea deve merecer atenção por parte das entidades competentes, para que não ocorram situações de proliferação de doenças, como a cólera (*Vibrio Cholerae*), e a contaminação de lençóis freáticos pela abertura de furos sem a devida fiscalização.

Assim, a partir dos fatos expostos, entende-se que a Praia da Barra possui atrativos (naturais e artificias) e infraestrutura (básica e turística) de suporte, capazes de apoiar o desenvolvimento da atividade turística, não obstante carecerem de adaptação para melhorar a qualidade e abrangência dos elementos da oferta. A infraestrutura básica aparece notoriamente como prioridade, já que da maneira como se encontra, constitui-se como um inconveniente ao desenvolvimento da atividade. Turismo, qualidade ambiental e condições dignas de vida em sociedade, estão, diante do exposto, entrelaçados a iniciativas de desenvolvimento sustentável dos territórios.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

Impactos ambientais decorrentes da atividade turística na praia da barra

A abordagem sobre ambiente no geral e especificamente sobre os impactos ambientais tem sido motivo de discussão e análise em quase todo Planeta, devido às alterações que se têm registrado desde a Revolução Industrial, diante da hegemonia da produção do espaço fundada sob a apropriação irracional dos recursos naturais. Essas alterações estão relacionadas com o aumento pela competição por terras, água, recursos energéticos e biológicos e ao desenvolvimento tecnológico puramente materialista, no qual a natureza é vista como uma fonte de oferta de recursos naturais inesgotáveis (SANTOS, 2004, p. 27).

O turismo, ao se apropriar do espaço para captar fluxos de pessoas, produz impactos (sociais, econômicos e ambientais) diferenciados em tipologias e escalas. Neste trabalho, o foco se deu na abordagem dos impactos ambientais da atividade turística na área de estudo (Praia da Barra).

A produção de impactos positivos requer que os agentes da atividade planejem e executem suas ações tendo em conta as especificidades do lugar de implantação dos projetos turísticos. Azevedo et al. (2012) enfatizam esse aspecto ao explicar que,

> O turismo embasado na riqueza dos cenários naturais tem como unidade básica de trabalho, sistemas ambientais sensíveis às intervenções antrópicas. A capacidade de carga dessas unidades ambientais pode ficar comprometida em virtude de um desenvolvimento desordenado dessa atividade agravado pela ausência do planejamento, podendo apresentar como consequência impactos que se refletem na sociedade, economia e no meio ambiente. (AZEVEDO et al., 2012, p. 59).

Os impactos ambientais são entendidos, segundos os autores, como alterações de um fator ambiental que podem afetar o ambiente em algum de seus componentes (biótico, físico e/ou antrópico). Em Moçambique, de acordo com a Lei do Ambiente (nº. 20/97 de 1 de outubro, o impacto ambiental, é compreendido como qualquer mudança

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

do ambiente para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água e na saúde das pessoas, resultante de atividades humanas.

A atividade turística envolve múltiplas atividades que podem ter efeitos ambientais adversos, principalmente quando ocorrem em ambientes frágeis como são caracterizadas as áreas litorâneas (MORAES, 2007). Muitos destes impactos, segundo Battigelli (2007), estão ligados à construção de infraestruturas básicas, como rodovias e de equipamentos turísticos, incluindo áreas de lazer, que são fundamentais para a prática da atividade. Agrega-se aos aspetos descritos, o fato de as praias serem locais de múltiplos usos e agentes (pescadores, banhistas, desportistas, entre outros usuários) e muitas formas de uso concorrentes, tais como a pesca, a agricultura, a exploração florestal, o turismo, a recreação, a indústria, a urbanização, a conservação da natureza. Podem ser locais de constantes conflitos no uso de terra e dos recursos, encontrando-se susceptíveis às várias ameaças por parte do homem moderno (HUMBOLDT UNIVERSITÄT ZU BERLIM, 2002).

Visando minimizar os impactos negativos e garantir que diversas atividades e interesses ocorram sem conflitos, foram desenvolvidos, em nível nacional e municipal, instrumentos (leis, regulamentos, códigos) que regulam e direcionam os usos sustentáveis deste tipo de espaços, conforme se exemplifica no quadro 4. Salientar que "[...] no contexto do espaço público moçambicano, grande parte da política pública é elaborada em nível central, com efeito para todo o território nacional, havendo ainda um grande vazio na produção de políticas públicas de âmbito provincial, distrital ou municipal" (FERNANDO, 2012, p. 129). Destaca-se ainda que Moçambique adota uma divisão territorial diferente da brasileira, e quando há ausência de instrumentos locais/municipais/distritais, aplicam-se os nacionais existentes. As províncias são as maiores unidades territoriais do país e estas se subdividem em distritos e autarquias (municípios).

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

Quadro 3 – Exemplos de instrumentos nacionais e municipais para a gestão ambiental e turística na Praia da Barra

NOME	NÚMERO/DATA
Lei de Pescas	N° 03/90 de 26 de setembro 1990
Lei de Águas	Nº 16/91 de 03 de agosto 1991
Lei do Mar	Nº 04/96 de 04 de janeiro 1996
Lei de Terras	Nº 19/97 de 01 de outubro 1997
Lei do Ambiente	Nº 20/97 de 01 de outubro 1997
Lei de Florestas e Fauna Bravia	N° 10/99 de 07 de julho 1999
Lei do Turismo	N° 04/04 de 17 de junho 2004
Lei de Ordenamento do Território	Nº 19/07 de 18 de julho 2007
Regulamento relativo ao Processo de Avaliação do Impacto Ambiental	Nº 45/04 de 29 de setembro 2004
Avaliação Ambiental Estratégica e Macro-Zoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Rocha)	2002
Código de Postura Municipal	2004
Plano Estratégico do Município de Inhambane 2009-2019	2009

Fonte: Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental de Moçambique-MICOA, 2002 e 2013; Conselho Municipal da Cidade de Inhambane - CMCI, 2004 e 2009.

O quadro 4 mostra que desde a década de 1990, existem instrumentos capazes de apoiar na redução de impactos ambientais em escala nacional e que em nível municipal houve progresso incipiente na elaboração de instrumentos que minimizassem os impactos ambientais. Os poucos instrumentos existentes na esfera municipal não foram/são tomados em conta pelo poder público no âmbito da gestão ambiental, pois se verificam irregularidades, principalmente no âmbito do ordenamento territorial.

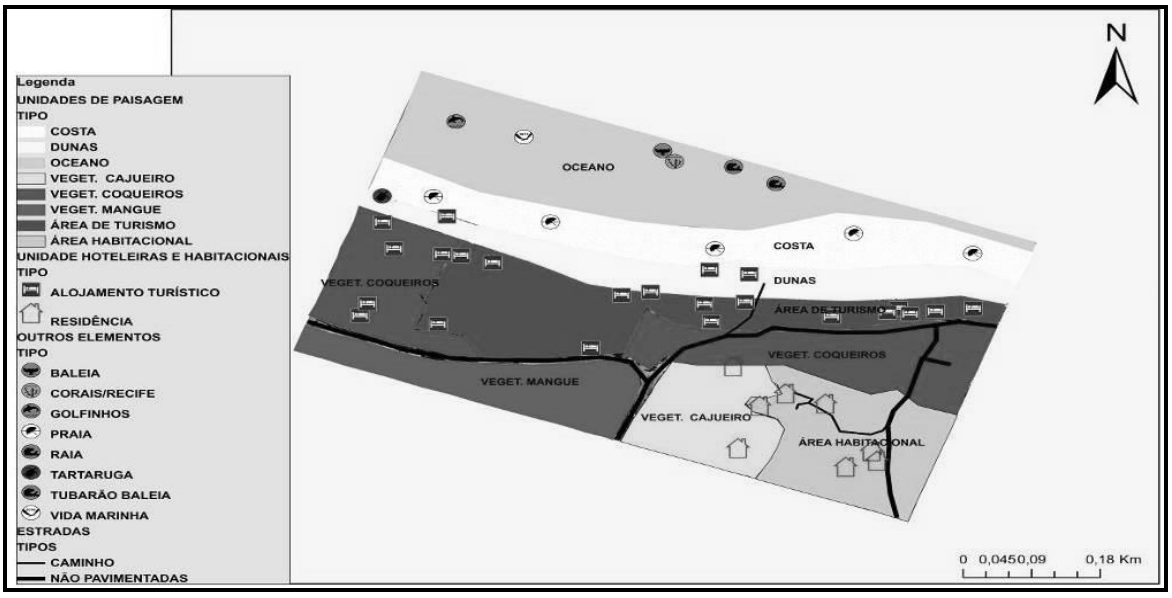
Este fato é enaltecido por Fernando (2012, p. 136) ao abordar que, por exemplo, o Plano de Ordenamento denominado Avaliação Ambiental Estratégica e Macro-Zoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Rocha), aprovado por resolução da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2003; “teve pouco efeito no terreno em termos

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

de execução e organização dos vários usuários e as atividades efetivas de zoneamento, podendo se concluir que o Município tenha efetivamente 'ignorado' o Plano [...]" que visava a promoção harmoniosa e sustentável destas praias, incluindo a Praia da Barra. Aponta-se a fraca divulgação por parte das entidades competentes, a falta de liderança por parte dos gestores municipais, a fraca articulação dos organismos intervenientes neste plano, ausência de sistema de monitoria, a sobreposição de ações, as limitações orçamentárias, entre outros aspectos, como fatores que levaram ao insucesso do instrumento (FERNANDO, 2012).

A ausência de instrumentos específicos para a Praia da Barra e no Município em geral resultou no desenvolvimento improvisado e incoerente com o disposto nos instrumentos mencionados, isto é, o desenvolvimento do turismo ocorreu e continua a ocorrer sem planos que direcionem a sustentabilidade da atividade; pois se verifica nesta praia, por exemplo, à construção de moradias e equipamentos turísticos em locais inadequados, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Unidades paisagísticas da Praia da Barra no município de Inhambane/Moçambique, 2013.



Fonte: AZEVEDO, Helsio e FREI, Vanito, 2013.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

É possível visualizar a partir desta representação, que existem unidades de alojamento turístico implantadas nas dunas primárias, locais onde ciclicamente ocorre a desova de tartarugas marinhas e onde habitam diferentes espécies florísticas e faunísticas. Esses empreendimentos, dado a sua localização e tipo de construção, encontram-se vulneráveis a *tsunamis*, ciclones tropicais e *storm sarge*, eventos extremos que podem acontecer por fatores climáticos e geológicos (ARAMUGE, 2013).

Nesse contexto, Azevedo (2009) aponta que o crescimento da atividade turística, não tem sido acompanhado por um planejamento correto por parte da entidade responsável – o Conselho Municipal da Cidade de Inhambane; visto que se registram impactos ambientais negativos, tais como o despejo impróprio do lixo, a erosão costeira acentuada, a destruição de ecossistemas na costa, a poluição visual, a falta de uma rede integrada de esgotos, a circulação de carros nas dunas e orla marítima, entre outros problemas, conforme ilustra a Foto 3.

Foto 3 – Construção de piscina e *beach bar* na orla marítima (Praia da Barra).



Fonte: Dados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido no Município de Inhambane/Praia da Barra. Autoria: AZEVEDO, Helsio. Data: 1/11/2012.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

A Foto 3 ilustra primeiro, um caso de infração contra os instrumentos que definem a construção nesta praia e seus impactos e depois ilustra a exposição desta infraestrutura para destruição, no caso de ocorrência de um ciclone ou *tsunami.* Tais eventos são passíveis de acontecer diante de costas marítimas extremamente instáveis, como as do município de Inhambane (ARMUGE, 2013).

Diferentemente de outras praias do Município, como a do Tofo, por exemplo, o Poder Público não desenvolve, na Praia da Barra, campanhas de Educação Ambiental que visem melhorar o atual cenário de riscos e impactos. Esta atividade é desenvolvida "palidamente" por alguns gestores de unidades turísticas que, junto e no interior de suas propriedades, criam mecanismos para o efeito. O distanciamento dos diferentes agentes neste processo, pode (rá) conduzir o Setor do Turismo a decadência, dado que quanto menor for a qualidade da paisagem e sua exposição a eventos extremos, menor atratividade surte.

Considerações finais

A Praia da Barra é um espaço/lugar turístico, pois se encontra apropriado pela prática da atividade turística, isto é, reúne atrativos e equipamentos que suportam a chegada de visitantes nacionais e estrangeiros e de populações locais. Foi possível verificar, neste trabalho, que existem riscos e impactos ambientais que são decorrentes de falhas de execução no processo de planejamento territorial no geral, e turístico-ambiental especificamente. Esses impactos e riscos ambientais, descrito ao longo do trabalho, prejudicam a qualidade da oferta e compromete o desenvolvimento sustentável da atividade. A manutenção dos ganhos que a Praia da Barra produz, a médio e longo prazo, vai depender do engajamento de todos intervenientes no planejamento e gestão deste espaço, através do delineamento de ações concretas que

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

garantam a qualidade ambiental do espaço para que se possibilite a captação de demandas nacionais e internacionais.

Portanto, a implantação de um Programa Integrado de Educação Ambiental que envolva os intervenientes destas atividades acoplados a um (re) ordenamento do espaço, a implantação de mecanismos de alerta contra eventos extremos e ao cumprimento dos instrumentos legais, fará com que o turismo ocorra com menos riscos e que seja menos impactante. Tal fato contribuirá para a manutenção da qualidade de recursos oferecidos e consequentemente na manutenção dos ganhos sociais e econômicos que a atividade proporciona nesta praia.

Especificamente, e a título de urgência, é preciso que nesta praia (1) se criem instrumentos de gestão territorial de âmbito local tendo como base os instrumentos nacionais existentes; (2) se desenvolvam melhorias na comunicação e articulação entre os diversos órgãos municipais e iniciativa privada para proteção dos recursos naturais; (3) sejam implantadas unidades de conservação do Município atendendo a diversidade biológica; (4) sejam desenvolvidas práticas de gerenciamento e de reciclagem de resíduos; (5) sejam melhorados os conhecimentos ambientais e as condições para monitoria e fiscalização dos recursos humanos da prefeitura, das empresas de turismo e membros da comunidade local e; (6) sejam identificadas às áreas de menor risco para implantação de infraestruturas turísticas e básicas.

REFERÊNCIAS

ARAMUGE, C. **Eventos ambientais extremos em Moçambique**. Entrevista concedida em 20/05/2013, na cidade de Maputo. Analista de eventos extremos no Instituto Nacional de Meteorologia de Moçambique.

AZEVEDO, H. A. M. de A. **Modelo de diagnóstico ambiental para elaboração do plano ambiental do município de Inhambane em Moçambique. Brasília** – DF. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

AZEVEDO, H. A. M. de A; SUMALE, Gouveia D. **As TIC's e sua importância para a promoção do Turismo: caso de estudo do município de Inhambane em Moçambique**. In: 5 Jornadas Cientificas do Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique. Maputo, Junho de 2012.

AZEVEDO, M. B. A. de; LIMA, A. C. A. de; NOBRE, M. F. A identificação de impactos ambientais associados à atividade turística nas praias de Baixa Grande e Morro Pintado, município de Areia Branca-RN. **Turismo: estudos e práticas**. Vol. 1, n. 1, jan/jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/viewFile/245/152>. Acessado: 20 julho 2013.

BATTIGELLI, F. **Turismo e ambiente nelle aree costiere del Mediterraneo**: regione a confronto. Udine: Forum Edizioni, 2007.

BURAMO, R. O. M. **Oferta turística no município de Inhambane**. In: Debate sobre Importância do turismo no processo de planeamento estratégico e desenvolvimento de territórios. Inhambane: ESHTI, 2013.

CARVALHO, P. **Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos eco-culturais**. Cabo Verde – Praia, 2009. In: 2° Congresso Lusófono de Ciência Regional. Disponível em: <www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2014/91A.pdf>. Acesso em: 07/05/2012.

CASTELO-BRANCO, C. N. **Mega projectos e estratégia de desenvolvimento**: notas para um debate. 2002. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mega_projectos_Moz_texto.pdf > Acesso: 04 abr. 2013

CASTRO, A. L. C. **Glossário de defesa civil**: estudos de riscos e medicina de desastres. 5 ed. Brasília: MIN-SNDC, 1998.

CASTRO. C. M. et al. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. **Anuário do Instituto de Geociências** – *UFRJ.* Rio de Janeiro, v. 28, n.2 p. 11-30, 2005. Disponível em: < http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_2005/Anuario_2005_11_30.pdf>. Acesso: 07 maio 2013.

CRUZ, R. C. A. da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

EGLER, C. A. G.. Risco ambiental como critério de gestão do território. **Território**, 1: pp.31-41, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj/>. Acesso: 10 maio 2012.

FERNANDO, M. Política pública e meio ambiente; uma análise da política pública e sustentabilidade socioambiental no município de Inhambane em Moçambique. **Caos**, n. 21, pp. 127-148, novembro. 2012.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

FIGUEIRA, V.; DIAS, R. **A responsabilidade social no turismo**. Lisboa: Escolar Editora, 2011.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE. Direção Provincial do Turismo de Inhambane. **Cadastro de estabelecimentos turísticos da província**. Inhambane: DPTUR, 2012.

_____. Serviços Províncias de Migração de Inhambane. **Dados sobre entrada de turistas no município de Inhambane**. Maxixe: CPMI, 2010.

HAMMAR, L. et al. Renewable ocean energy in the western India Ocean. *Elsevier* – **Renewable and Sustainable Energu Reviews**, Amesterdão, V. 16, n. 7, pp. 4938-4950, Sept., 2012.

HENRIQUES, C. **Turismo, cidade e cultura**: planeamento e gestão sustentável. Lisboa: Edições Sílado Lda, 2003.

HUMBOLDT UNIVERSITÄT ZU BERLIM. **Gestão de zonas costeiras e turismo: contribuição para redução da pobreza, transformação de conflitos e proteção do meio ambiente em Inhambane/Moçambique.** 2ª ed. Berlim: SLE, 2002.

LOHMANN, G.; NETTO, A. P. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. **Lei n° 20/1997, de 1 de Outubro de 1997**. Lei do Ambiente. I Série – Número 40. Maputo: Imprensa Nacional, 1997.

_____. Conselho Municipal da Cidade de Inhambane. **Código de postura Municipal.** Inhambane: CMCI, 2002.

_____. Conselho Municipal da Cidade de Inhambane. **Plano estratégico municipal de Inhambane 2009-2019**. Inhambane: CMCI, 2008.

_____. Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental. **Avaliação ambiental estratégica e macro-zoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Rocha)**. Inhambane: GPI-CMCI, 2002.

_____. Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental. **Legislação Ambiental**. Maputo, 2002. Disponível em: <http://www.legisambiente.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=21> Acesso: 10 set. 2013.

MORAES, C. A. R. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. **A geografia serve para desvendar máscaras sociais**. Geografia: teoria e critica – O saber posto em questão. 1 ed. Petropolis (RJ): Vozes, 1982.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução do francês de Elaine Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 2 jul/dez. 2013 páginas: 1 – 27

NETO, M. **Situação da gestão ambiental no município de Inhambane**. Entrevistado em Inhambane aos 13/02/2009. Diretor dos Serviços Urbanos do Município de Inhambane.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano 2007/2008**. Coimbra: IPAD, 2007.

SALOMÃO, L**. A oferta de energia no município de Inhambane**. Entrevista concedida em 20/01/2009, na cidade de Inhambane.

SANTOS, R. F. dos**. Planejamento ambiental**: teoria e prática**.** São Paulo: Oficinas de Textos, 2004.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

XAVIER, K. S. H.. **Turismo e desenvolvimento humano na província de Inhambane**. Lisboa. 2010. 71 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.